

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 04-8-2021.

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/21 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 164/21 (Processos nºs 0411 e 0429/21, respectivamente), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 084/21 (Processo nº 0250/21), de autoria de Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Laura Sito, Karen Santos e Matheus Gomes; o Projeto de Lei do Legislativo nº 087/21 (Processo nº 0261/21), de autoria de Karen Santos, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Laura Sito e Matheus Gomes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Alexandre Bobadra, Jessé Sangalli, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Jonas Reis. Às quinze horas e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por DEZOITO VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/21 (Processo nº 0405/21). Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/21 (Processo nº 0405/21), após ser discutido por Cassiá Carpes, Bruna Rodrigues, Roberto Robaina e Claudio Janta. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/21, por DEZESSETE VOTOS SIM e DOZE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/21, por VINTE VOTOS SIM e NOVE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato,

Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/21, por VINTE VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em discussão geral e votação nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 282/21 (Processo nº 0685/21), por TRINTA E DOIS VOTOS SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento de autoria de Fernanda Barth, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 052 e 057/21 (Processos nºs 0168 e 0190/21, respectivamente). Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 009/21 (Processo nº 0556/21), após ser discutido por Airto Ferronato, Bruna Rodrigues, Aldacir Oliboni, Mônica Leal, Laura Sito, Jonas Reis e Lourdes Sprenger. Foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para emendas e subemendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 009/21: de autoria de Aldacir Oliboni, para as Emendas nºs 07, 09 e 20; de autoria de Alvoni Medina, para as Emendas nºs 87 e 89; de autoria de Bruna Rodrigues, para as Emendas nºs 68 e 69; de autoria de Claudio Janta, para a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 25; de autoria de Daiana Santos, para as Emendas nºs 57, 59 e 65; de autoria de Jonas Reis, para as Emendas nºs 102, 103 e 107; de autoria de José Freitas, para a Emenda nº 78; de autoria de Laura Sito, para as Emendas nºs 93 e 97; de autoria de Leonel Radde, para as Emendas nºs 48, 49 e 50; de autoria de Lourdes Sprenger, para a Emenda nº 27; de autoria de Matheus Gomes, para a Emenda nº 39; de autoria de Moisés Barboza, para a Subemendas nº 01 aposta à Emenda nº 16. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foram votadas destacada e conjuntamente e rejeitadas a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 16 e a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 25, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 009/21. Foram votadas destacada e conjuntamente e aprovadas as Emendas nºs 07, 09, 20, 27, 39, 48, 49, 50, 57, 59, 65, 68, 69, 78, 87, 89, 93, 97, 102, 103 e 107 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 009/21. Foram votados

conjuntamente e aprovados o Projeto de Lei do Executivo nº 009/21 e as emendas apostas com parecer da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul pela aprovação e não destacadas, por VINTE E CINCO VOTOS SIM e QUATRO ABSTENÇÕES, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino e optado pela abstenção Karen Santos, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em continuidade, foi apregoado o Processo SEI nº 017.00122/2021-22, de Márcio Bins Ely, informando que representará externamente este Legislativo nos dias nove e dez de agosto do corrente, em audiência no Ministério do Trabalho e Previdência, em Brasília – DF. Durante a sessão, foram registradas as presenças de Igor Rosa Tambara, vereador de Jaguari, David Almansa, vereador de Cachoeirinha e Catarina Paladi, da Secretaria de Justiça, Sistemas Penal e Socioeducativo do RS. Às dezessete horas e quarenta e um minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Cláudia Araújo, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Márcio Bins Ely, Idenir Cecchim e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para abertura dos trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda ao apregoamento das matérias apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Com a palavra o Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Solicito o registro de minha presença.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, aproveito para registrar a presença dos Vereadores Pedro Ruas, Mauro Pinheiro, Leonel Radde, Vereadora Bruna Rodrigues e Vereadora Daiana Santos pelo

chat; Ver.^a Laura Sito e Ver. Aldacir Oliboni. O Ver. Ramiro Rosário também registra presença pelo *chat*.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores, colegas vereadores, Presidente, telespectadores da TVCâmara, boa tarde a todos. Quero trazer aqui uma triste lembrança. Nesta quarta-feira, dia 04 de agosto de 2021, faz um ano da tragédia no Líbano, uma explosão que vitimou 214 pessoas e fez mais de quatro mil feridos. Uma explosão que devastou parte da cidade se alastrando por quilômetros. O pior desastre da história do Líbano. Milhares de pessoas atingidas, problemas com alimentação, com combustível, com energia elétrica no país, enfim. Hoje pela tarde da manhã houve uma missa em homenagem e memória aos mortos da tragédia da explosão do Líbano. Então, em nome da Sociedade Libanesa do Rio Grande do Sul e da Câmara de Vereadores, as nossas condolências às vítimas e ao povo libanês. São mais de 80 mil libaneses só no Rio Grande do Sul, tem mais libaneses no Brasil do que no Líbano. Então repito aqui e reitero, em nome da Câmara de Vereadores e da Sociedade Libanesa do Rio Grande do Sul, as nossas condolências às famílias das vítimas.

Sr. Presidente, telespectadores da TVCâmara, quero trazer aqui também um tema muito importante, uma reportagem de um grande veículo de comunicação, a respeito da educação nas escolas não só do Rio Grande do Sul, mas da nossa cidade. Infelizmente, a nossa capital não está entre os primeiros lugares nos índices de avaliação educacional do Ministério da Educação. Mas por que isso? Porque muitas vezes a gente deixa de ensinar o português, a matemática, a geografia e a história e começa a se preocupar com coisas que não são de primeira ordem. Eu vou dar um exemplo para vocês.

É natural que no doutorado, no mestrado a gente queira discutir novas teses, novas teorias, coisas inéditas e importantes; eu me refiro aqui à questão da linguagem neutra. Eu não sou contra que em um mestrado, doutorado, até numa pós-graduação se possa discutir isso, mas discutir linguagem neutra no ensino fundamental, com as nossas crianças, com os nossos inocentes, isso é uma covardia. Até quero pedir, Sr. Presidente, que seja avaliado o comportamento do diretor da escola, da coordenadora pedagógica, da coordenadora acadêmica e da professora que aplicou esse tipo de material nas nossas crianças. Vejam bem, como nós vamos preparar as nossas crianças para a vida ou para um concurso público, ou para uma avaliação do Ministério da Educação, se nós não estamos ensinando o certo para as crianças? Se elas não aprendem nem o básico, que é a tabuada, o português, a química, a física, agora querem fazer inovações, teorias utilizando as nossas crianças como laboratório.

Entendemos que isso é uma covardia, é um desperdício do dinheiro público. Então quero pedir aqui, Sr. Presidente, para a nossa presidente da Comissão de Educação aqui da Casa que tome providências. Escola é para aprender português,

matemática e as matérias ordinárias. As nossas crianças não devem servir de laboratório para inovações e teorias futurísticas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, esse tema é importante, mas eu gostaria de fazer uma pequena explanação aqui, uma explicação sobre um pedido de providências que nós encaminhamos para o Poder Executivo e que foi acatado pelo Prefeito e é uma construção bem importante para a cidade. Como os senhores sabem eu sou funcionário, servidor público federal, trabalho na Justiça do Trabalho, e numa das minhas fiscalizações na rede de saúde do Município, constatei a precariedade do sistema de fornecimento de energia elétrica para o Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul. A alegação dos funcionários que lá trabalham é de que a rede elétrica está tão precária que corre o risco de, quando ligam uma televisão para os pacientes, de o aparelho que faz o monitoramento cardíaco ter dificuldade de funcionar. Esse é o nível em que se encontra hoje o sistema de rede elétrica do Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul. Na minha vistoria eu fiz um relatório e publiquei esse relatório no Facebook, onde centenas de pessoas tiveram a oportunidade de ler. E uma das pessoas que leu o relatório se compadeceu com o problema, foi a Dra. Carolina Gralha, juíza do Trabalho, que foi também presidente da Amatra, Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Ela nos trouxe uma sugestão muito interessante. Ela me perguntou se eu sabia se o Município tinha o projeto elétrico do PACS porque ela tinha como sugestão conduzir, ao Ministério Público ou ao Ministério Público do Trabalho, esse projeto elétrico para que o Ministério Público, numa eventualidade de ter que aplicar uma multa, pudesse oferecer esse projeto elétrico como uma forma de transação penal, transação da multa para uma atividade que pudesse ser de interesse do município. De posse da ideia, eu busquei o secretário de Saúde Mauro Sparta para perguntar a ele se o Município tinha aquele projeto já pronto, com seus quantitativos necessários para conseguir fazer a implementação da reforma da rede elétrica do PACS. E o que ele me confidenciou é que sim, tem diversos estudos de diferentes valores que são importantes para a Saúde do nosso Município, desde a reforma da rede elétrica, troca de um telhado, algum tipo de intervenção na acessibilidade, e que muitos desses projetos estão à disposição no Município. Então eu perguntei: "Secretário, é possível nós fazermos um portfólio público desses projetos que o Município tem para compartilhar com o Ministério Público, com o Ministério Público do Trabalho, com a Justiça Estadual, Justiça Federal, de modo a permitir que sejam feitas transações de penalidade por serviços à comunidade, a partir da adoção desses projetos disponibilizados pelo Município?" Sim, é possível. Então encaminhei essa proposta, através de um pedido de providências para o prefeito Sebastião Melo que, na ocasião em que recebeu o pedido de providências já foi diretamente ao promotor do Ministério

Público do nosso Estado, nomeado recentemente, coordenador de todo o Ministério Público Estadual para conduzir a ele essa ideia que foi gestada, a partir da sugestão trazida pela juíza do Trabalho, que foi acolhida pelo Município e já se iniciou esse trabalho de coordenação entre os Poderes. A ideia é muito simples: fazer esse portfólio público de projetos que já seriam executados de qualquer maneira no Município e o empreendedor que eventualmente vai ser multado possa escolher entre receber a multa ou executar um projeto que já seria executado de qualquer maneira pelo Município. Eu tenho certeza de que é um projeto que vai ajudar a desburocratização, é um projeto que já seria executado, de qualquer maneira, pelo Município. Eu tenho certeza de que é um projeto que vai ajudar na desburocratização da nossa saúde pública e também de outros tipos de obras que são necessárias no nosso Município. E também vai desonerar os nossos cofres públicos porque esses projetos que seriam executados de qualquer maneira, vão poder ser adotados por essas empresas que estão sofrendo termos de ajustamento de conduta ou mesmo que lhes foram aplicadas multas por qualquer motivo trabalhista ou judicial.

Só para encerrar esse tema, gostaria de dizer também que isso pode ser benéfico também aos empreendedores. A gente sabe que uma multa, muitas vezes, acaba descapitalizando essa empresa e se ela puder oferecer o seu conhecimento, a sua energia, os seus insumos, eventualmente, vai ser mais benéfico para ela executar, por exemplo, um projeto de custo de R\$ 500 mil do que desembolsar R\$ 500 mil para o pagamento de uma multa.

Então, eu tenho certeza de que isso é muito importante para o nosso Município, foi uma ideia criativa e é uma prova de que a utilização de princípios de gestão no poder público pode nos ajudar a encontrar soluções onde nós não esperávamos que elas existiam. Obrigado, Presidente, pela oportunidade. Fico à disposição para qualquer vereador que tiver dúvida sobre esse projeto, sobre como fazer também para encaminhar projeto para a Prefeitura nesse sentido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, o mês de agosto de 2021 – querida Silvana Conti, nossa dirigente do Simpa – marca os 60 anos do Movimento da Legalidade no Rio Grande do Sul e no Brasil. Em 1961, num gesto heroico e histórico, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola levantou o Estado e o País contra as forças reacionárias, golpistas que não queriam dar posse ao Presidente João Goulart. Em algo que marcou de maneira indelével a nossa história, o povo que organizou e enfrentou, em cada minuto, aquela orientação que vinha do governo federal, que vinha das Forças Militares para que o vice-Presidente Jango, João Goulart, não tomasse posse. Naquele momento, Ver. Roberto Robaina, nosso líder do PSOL, a história do Brasil tomava um rumo

importantíssimo e que foi exatamente a defesa da legalidade, a defesa do que está na Constituição Federal, a defesa das regras da democracia. Isso é algo extraordinário que, quando nós vemos hoje, vereadoras e vereadores, um Presidente da República que foge à própria Constituição Federal, que foge às regras da democracia, que desmoraliza as instituições democráticas, nós vemos mais ainda a importância, Ver.^a Laura Sito, daquele movimento passados 60 anos, liderado pelo governador Leonel Brizola.

Hoje tive a honra de entregar aqui para as vereadoras, para os vereadores o livro do grande escritor Juremir Machado da Silva sobre as vozes da legalidade. E Vossa Excelência, Presidente Márcio Bins Ely, conhece bem o tema e já tem o seu exemplar. Mas fica aqui o registro – nós teremos sessão solene que já requeri – da importância deste mês, como símbolo da luta democrática do povo gaúcho, do povo brasileiro.

Na Assembleia Legislativa, onde tive a honra de exercer um mandato, Ver. Jonas Reis, há uma sessão solene permanente que independe de pedidos. Nós temos de ter aqui também, em agosto de cada ano, Presidente, uma sessão solene em homenagem ao Movimento da Legalidade em qualquer ano, sempre em agosto, permanente, da Casa, e as lideranças, os partidos se inscrevem para fazerem o seu registro. Acho que temos de ter aqui também, se Vossa Excelência gostar da ideia, podemos pensar nisso juntos, eu teria muita honra em fazê-lo. Porque para nós todos, esse é um dos momentos – Ver. Leonel Radde, que é xará do Comandante Leonel Brizola, também é Leonel – mais significativos do que pode fazer, pela democracia, a organização do povo, e da nossa responsabilidade histórica.

Eu tive a honra de poder conversar muitas vezes com o Dr. Brizola sobre aqueles momentos. E aprendi com ele o que é a responsabilidade de um governante, o que é efetivamente o compromisso com o povo e com a democracia. E foi aquela luta que ele liderou que possibilitou que até hoje, 60 anos depois, que nós tenhamos, no nome legalidade, um símbolo de organização popular e luta democrática, de responsabilidade com a história, com as gerações futuras, com aqueles – como dizia Brizola – que nós nem conhecemos, porque eles sequer nasceram, eles nem nasceram e nós já temos, com eles, responsabilidade.

Fico aqui, portanto, nós teremos em breve, em alguns dias, uma sessão específica para a nossa homenagem a esses 60 anos, em agosto, do Movimento da Legalidade, liderado pelo governador Leonel Brizola. Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde, Presidente Márcio, quero saudar aqui também os colegas da minha bancada do PTB e o público que nos assiste. Eu venho hoje a esta tribuna para compartilhar com os nobres

colegas a minha irrisignação com a coletânea de livros da escritora Jessica Düber, intitulada “Morrer de Forma Autodeterminada – um manual para o suicídio racional”. Essa autora possui ainda, pelo menos, outros três livros com o título acima mencionado, sendo que, para cada um, ela menciona uma forma diferente de realizar o suicídio. Num dos livros, “Morrer de Forma Determinada – manual para o suicídio racional – método saco plástico e sedativos”. Outro livro “Morrer de Forma Determinada – manual para um suicídio racional – o método artéria carótida; outro livro: “Morrer de Forma Autodeterminada – Instruções para um Suicídio Racional com Hidroxicloroquina”. São livros em que essa autora orienta como realizar o suicídio. Nos tempos em nós estamos vivendo, sofrendo ainda os reflexos dessa pandemia da Covid, onde os números de suicídio tiveram, infelizmente, um aumento considerável, não podemos concordar que livros, manuais, cartilhas expliquem, detalhadamente, de uma forma diferenciada, como realizar um suicídio. Isso está circulando nas redes sociais e é possível comprar esses livros. Como presidente da Frente Parlamentar de Prevenção ao Suicídio e Automutilação desta Casa e, principalmente, como psicóloga, eu não poderia me calar diante de tal situação. Sei o que acontece com a mente das pessoas que estão em sofrimento, que estão com adoecimento mental, com doenças mentais. Por isso, considero extremamente perigoso o incentivo desses livros. Isso é contra tudo aquilo que a Organização Mundial da Saúde, institutos, ONGs, profissionais da saúde recomendam sobre a forma de falar do suicídio. Nós podemos, sim, falar sobre o suicídio, falando sobre os sinais de alerta, falando sobre os fatores de proteção, fatores de risco, como evitar, mas não, nunca, jamais falar incentivando essa prática. Nós precisamos valorizar o ser humano, promover o tratamento da saúde mental para aqueles que mais precisam. Nós precisamos promover, ter sempre em mente, o nosso bem maior, que é a vida. Então, eu carrego comigo o compromisso de prover a saúde mental; e eu já adianto aos colegas que eu protocolei uma moção de repúdio contra a escritora Jéssica Düber, em virtude desses livros, e eu espero contar coma colaboração dos colegas para, quando entrar na pauta, no plenário, que todos possam votar sim nessa moção de repúdio. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde a todos, todas e todes, é assim que é o nosso tempo histórico, a linguagem neutra. Ela é fundamental para reconhecer a heterogeneidade que caracteriza o povo no seu tempo histórico. É fundamental o respeito à cidadania, aos indivíduos, à forma como as pessoas se colocam no mundo. Nós não estamos aqui, na política, para cercear o direito à cidadania, o direito a construir-se neste tempo, não no tempo anterior. Estes que buscam o retorno do voto impresso são os mesmos que não aceitam que a escola avance na constituição de cidadania. Eles fazem a sua disputa ideológica nas redes sociais, sem

reconhecer os cidadãos como o Lucas – filho da cantora Walkyria – que se suicidou, um jovem adolescente, porque fez um vídeo e a cultura do ódio foi lá e atacou o jovem; os homofóbicos, mesmo ele dizendo, inclusive, que era uma brincadeira, Ele se suicidou! A intolerância, o ódio, a opressão não contribui para a sociedade, e a linguagem neutra veio para incluir, para respeitar a constituição desse povo brasileiro, dessa sociedade moderna. As pessoas querem julgar as formas de amor, as formas de existência da humanidade; nós temos de lembrar Paulo Freire. Eu sei que muita gente tem ojeriza à escola, não gosta de escola, são os mesmos que não deixam investir mais na escola pública, são os mesmos que não cobram que o poder público encerre esse déficit horroroso de 5 mil vagas na educação infantil em Porto Alegre. Eles vêm para cá falar mal dos professores; eles vêm para a tribuna falar mal dos professores. Eles fazem pedidos de providência para a SMED, falando mal de professores, porque eles não gostam de professores, não gostam de escola, não gostam de estudar, não querem construir a escola do povo; então, eles são contra, também, naturalmente, à linguagem neutra. Só que nós não vamos, nobres colegas, voltar para o tempo da carruagem; daqui a pouco, eles estão com um projeto de lei para não usar mais carros na cidade, para voltar a carruagem. Eles já pediram voto impresso, agora não querem a linguagem neutra. O que mais falta? A volta do orelhão? Querem o retorno do orelhão, não querem mais o celular? Nós viemos para ficar. Todas, todos e todes vieram para ficar, para o respeito à forma como a pessoa se constituem. Paulo Freire dizia "ser, estar na sociedade em comunhão, enxergar-se no outro, colocar-se no lugar do outro". Eu quero ver aqui se colocarem no lugar das travestis, quero ver se colocarem no lugar dos jovens que são oprimidos nas suas construções. Não se colocam, porque não têm empatia, não têm respeito ao povo em todas as suas diferenças. Eles querem o povo amordaçado, eles querem cabrestear os votos, cabrestear a escola, por isso a mordada na escola, a mordada na educação, mas não vão levar, porque eles são minoria. E esse barquinho bolsonarista está com cada vez menos ratos dentro. Quando o navio começa a afundar, eles pulam para fora. Vai terminar o Bolsonaro como terminou o Collor, ninguém mais com ele, é *tchau, tchau*. Quando secar a torneira das superemendas, do orçamento paralelo, ninguém mais vai estar com ele. Inclusive, tem gente abandonando algumas pautas, mas é preciso vergonha na cara para defender a escola pública. É gente que não sabe que nas escolas do Município faltam recursos, nunca botaram o pé numa escola pública, falando sobre o que os professores devem ou não ensinar. Entrem numa faculdade, façam um graduação e licenciatura e aí vocês saberão o que é educação, ou chamem os professores para conversar sobre o seu tempo histórico. Agora, mordada nós não vamos aceitar. Eu falo aqui em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. A linguagem neutra veio para ficar; parabéns aos professores, parabéns à luta pela inclusão neste Município. Tenham sempre, nesta bancada, respaldo e representação. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor Luiz Afonso que proceda à verificação de quórum para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, vinte e oito vereadores presentes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h04min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCE nº 005/21. Após retornarmos à ordem normal.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, nós, da bancada do PT, inclusive no pronunciamento, no debate do projeto de lei, pedimos para o governo retirar esse projeto de lei. Esse projeto é aquele que reduz o tempo de audiência pública de 30 dias para 15 dias. Temos discordância deste projeto e, na tribuna, nós pedimos para retirar. Agora o Cecchim diz que temos uma emenda e eu quero saber o teor desta emenda.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Ver. Oliboni, nós temos uma emenda que passa para 21 dias; fizemos um meio-termo, e eu acho que isso atende ao seu pedido.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Laura Sito, o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 18 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está aprovado o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): É só para esclarecer que eu, a pedido do Ver. Oliboni, estiquei um pouquinho o prazo, o Ver. Moisés também se pronunciou sobre o assunto. Na emenda de minha autoria, o prazo passa de 15 para 21 dias, para facilitar.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Três semanas, está bem.

LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCE nº 005/21. (Procede à leitura da Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/21.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0405/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 005/21, que inclui o § 3º no art. 3º e altera o *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 382, de 24 de julho de 1996, que regulamenta o art. 103, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. **(Regramento/Audiência Pública) (SEI 118.00120/2021-13)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Idenir Cecchim (líder do MDB);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- discutiram a matéria os Vers. Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza e Jonas Reis e as Ver^{as} Laura Sito e Daiana Santos em 02-08-21;
- incluído na Ordem do Dia em 02-08-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 005/21. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Presidente, as Sras. Vereadoras, os Srs. Vereadores; uma das questões que nós mais nos debatemos na Casa é a morosidade dos trabalhos. Por que esperar 30 dias para fazer uma audiência pública? Qual a razão? Qual o objetivo? Parece agora, Cecchim, que a emenda que V. Exa. apresentou dá um equilíbrio: nem 30, nem 15, mas, agora, 21 dias. Portanto, é uma emenda conciliadora, uma emenda que busca o equilíbrio. Então me parece que nós precisamos, sim, ter os trabalhos mais ágeis, para que possamos produzir mais nesta Casa. Eu não tenho dúvida de que, no ano que vem – cada presidente, uma cabeça –, nós possamos avançar mais, corrigindo períodos demorados da Casa que constam no nosso Regimento. Nós precisamos avançar, facilita a todos. Às vezes, nós cansamos mais aqui esperando que as coisas aconteçam do que quando elas acontecem. Cansa mais do que eu sair daqui, ir ao Centro caminhar, conversar com os amigos, tomar um

cafezinho. Nós ficamos aqui debatendo massivamente a mesma questão, perdendo tempo, perdendo serviço produtivo. Parece que essa proposição, Líder do Governo, Cecchim, é justa. Parece que V. Exa. já está adentrando no seu caminho o ano que vem. Nós queremos apoiá-lo, para que a gente possa mudar muita coisa que está no Regimento para agilizar, para que a Casa seja ágil e que dê condições a todos de discutir. Isso é o princípio básico, fundamental da democracia. Agora, morosidade não rima com democracia, rima com malandragem de protelar as coisas que podem acontecer mais rapidamente para a sociedade. Parabéns, é nesse caminho que nós vamos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Queria cumprimentar os colegas e o Presidente; venho discutir, em nome da bancada do PCdoB, porque nós acreditamos que 30 dias é o tempo mínimo para construir uma audiência pública. Tenho vivido esse cotidiano a partir da presidência da CEFOR, e nós, a partir da organização das reuniões, sabemos que organizar uma audiência pública, organizar uma reunião que conte com a presença do Executivo, que conte com a presença de diversas instituições, não é algo fácil. Infelizmente, às vezes, a gente distorce a discussão e leva para o campo ideológico; aqui nós estamos falando de um direito constitucional, que são as audiências públicas, um direito do povo de se fazer presente na Câmara de Vereadores, um direito do povo de ter tempo de tomar conhecimento de algo que é tão essencial, que são as audiências públicas, para que a gente possa discutir os temas importantes da cidade. Infelizmente, em diversos momentos, esta Casa negligencia a forma de discutir, nega o direito de a população ter acesso às informações necessárias. Viemos aqui registrar a nossa negativa e dizer que infelizmente esta Casa se acostumou com as portas fechadas, com número reduzido de povo que participa das nossas audiências, das nossas ações, e nós precisamos fazer com que esta Casa volte a ser a Casa do Povo, a Casa onde as pessoas possam adentrar com ciência de que aqui se discute temas relevantes da cidade.

Quero registrar o nosso voto contrário, nós votaremos contrariamente, Ver. Cecchim – com todo o respeito que nós temos pelo vereador, com todo o respeito que nós temos pelos vereadores. Nós acreditamos que 30 dias é o tempo mínimo para que se possa chamar uma discussão relevante para a cidade, os temas importantes da cidade não podem ser discutidos de qualquer forma, nós precisamos de seriedade para tratar de algo que é caro à cidade, que muitas vezes toca em temas tão sensíveis que precisam de tempo de maturação, de tempo de estudo. Então queria encaminhar, queria discutir contrariamente ao projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde vereadores e vereadoras. Eu venho a esta tribuna para explicar uma questão que eu considero importante sobre esse projeto. A questão, na verdade, não está nos dias, o problema não é se são 20 dias, se são 30 dias, isso, inclusive, é secundário. O problema desse projeto, o motivo pelo qual ele é antidemocrático, é que ele é mais um dispositivo que querem aprovar na Câmara de Vereadores para impedir a resistência popular, social diante de algum projeto que algum setor social porventura acredite prejudicar os seus interesses. Qual o sentido desse projeto, qual é o conteúdo exato dele, o que realmente interessa? Quando o governo resolve votar um projeto, a valer, às ganhas, o governo prioriza esse projeto, faz com que todos os vereadores, vereadoras e a sociedade, na medida em que o governo prioriza o projeto, prestem atenção na tramitação desse projeto, e é exatamente nesse momento que, para quem está contrariado com determinado projeto do governo, é exatamente nesse momento que vale a pena pedir audiência pública, porque é exatamente nesse momento que existe a possibilidade de existir a mobilização social. A audiência pública pela audiência pública é um mecanismo parlamentar totalmente esvaziado; se tem um projeto que entra na Câmara e é pedida uma audiência pública sem a concretude da possibilidade de que esse projeto seja votado, não faz nenhum sentido pedir audiência pública, porque um projeto do governo pode ficar um ano, pode ficar um ano e meio da Câmara! As pessoas não vão se mobilizar de modo permanente! Eu acho que secretário Cassio Trogildo – que está aqui presente entre nós e que articula muito os interesses do governo aqui na Câmara – conhece bem esse mecanismo, por quê? Porque o Cassio Trogildo, quando dirigia a gestão do Marchezan aqui, ele se preocupava justamente com esses mecanismos. Quando tinha projeto do Marchezan contra os rodoviários, projeto do Marchezan contra os servidores, aí eles operavam para tentar rapidamente derrotar esses projetos; agora, com o Melo, não mudou a liderança, não mudaram os projetos, e o Cassio, que conhece muito bem a Câmara, quer facilitar para que o governo aprove seus projetos. Mas não pode ser assim! Porque um dia governo a direita, e no outro dia o governo pode mudar. Nós temos que ter mecanismos que permitam a maior participação popular.

Confesso, Ver. Cecchim, que esse projeto, para os interesses do governo, agora, imediatamente, nem faz muito sentido; por que não faz muito sentido? O governo já conseguiu derrotar os servidores, ou vai querer de novo impor a alíquota de 22%? Não vai. Já teve uma derrota econômica, os servidores vão acumular forças, vão resistir, vão se mobilizar novamente, mas não é um projeto para agora. Então é uma restrição do mecanismo democrático desnecessária! Não é um problema dos dias, Presidente, podem ser 20, podem ser 30 dias. Eu ouvi uma intervenção do Mauro Pinheiro, e o Mauro Pinheiro acho que foi sincero na sua intervenção, quando disse: “Não, isso é bobagem!” Ele foi bem sincero quando disse: “Não é antidemocrático, porque ele preserva a audiência pública”, verdade, preserva a audiência pública, a audiência pública é legal. E ele dizia, e nisso o Mauro Pinheiro foi sincero: “O que vai

ajudar a impedir esse projeto são manobras, entre aspas, protelatórias”. Justamente essas manobras, entre aspas, protelatórias são parte do conflito, são parte do jogo democrático, elas são parte da possibilidade de setores sociais que não estão na Câmara de Vereadores atuarem para que a Câmara de Vereadores não atue contra os seus interesses. Esse mecanismo, portanto, que proíbe o pedido de audiência pública quando o projeto entra para a Ordem do Dia, é priorizado, esse mecanismo é que é o mecanismo antidemocrático. Atualmente, quando entra na Ordem do Dia, pela lógica, quando há um conflito, às vezes, o governo esquece, às vezes o esquecimento é opcional, para justamente não promover o debate, o governo quer fazer um efeito surpresa. Mas não é possível uma Câmara simplesmente legislar para facilitar a vida dos governantes, a Câmara tem que legislar para garantir que o Parlamento tenha autonomia e seja um lugar que seja um contrapoder, um contrapeso, pelo menos, às políticas do Executivo; do contrário, bem, tem gente que acha que é melhor fechar. Eu não acho. Eu acho que é melhor manter e acho que é melhor ampliar os espaços democráticos. Por isso que nós encaminhamos contra esse projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste, através da TV Câmara, do YouTube, demais plataformas, a nossa Rádio Câmara também sempre presente. Parece, através dos discursos, que nós estamos discutindo um projeto antidemocrático, um projeto que não permite a participação popular. O que nós estamos discutindo aqui é o agilizar um pouco os projetos que aqui chegam nesta Casa. Vamos supor que chega um projeto aqui nesta Casa, acabando com a vaga de autista e obeso nos estacionamentos de prioridades; como eu não tenho interesse, eu vou levando aquele projeto, e vou levando, e vou levando. Aí, quando chega aqui no plenário, que o projeto está aqui preparado para nós começarmos a discutir e votar: audiência pública. Isso é sacanagem, né gente? Nós tivemos aqui no início do ano, projeto que estava há quatro ou cinco anos, aqui na Casa, que teve tudo quanto é tipo de discussão; projetos que tiveram, não somente uma, mas duas audiências públicas, teve um projeto que teve audiência pública da CCJ, teve um projeto que teve audiência da CCJ e teve audiência pública da Câmara de Vereadores! E aí tem mais audiência pública do Executivo! É muita audiência pública para tentar convencer os 36... Na verdade, a audiência pública para nós ouvirmos a população! Não é para a população votar. Não é um plebiscito a audiência pública, não é um referendo, não é nada disso. São subsídios para o vereador construir o seu voto, favorável ou contrário. E aí isso se arrasta, isso vai se arrastando e não é feito o trâmite legal. Eu quero que os vereadores entendam que esse projeto nasceu na Mesa Diretora da Câmara. Nós começamos a discutir a necessidade de ter uma regra na questão das audiências públicas, é uma regra só, clara, transparente e límpida, como água de poço,

bem transparente, bem límpida. Então, não é tirar o direito de as pessoas participarem, não é punir as pessoas de participarem, é colocar uma regra. O projeto está tramitando aqui na Casa há um ou dois anos, aí tu fazes audiência pública lá no final. Não. Tu podes fazer audiência pública no momento em que ele foi tramitado, podes fazer audiência pública no meio dele, agora tu não podes fazer audiência pública para tentar mudar o voto dos vereadores, quando o projeto aqui chegou, para ser votado. Aí não tem como. É desleal com os vereadores, é desleal com a população que quer discutir aquele projeto, é deslealdade, porque se tu queres, realmente, discutir, aprimorar, fazer um grupo de trabalho, ir levando o projeto, discutindo o projeto com seriedade, tu tens os trâmites normais para fazer isso. O que nós estamos dizendo aqui na lei, o projeto é bem claro, quando for dito que o projeto vai vir para votar, no plenário, para a gente discutir, debater e para a gente encaminhar a votação, não pode mais solicitar audiência pública. Não pode mais. E agora tem emenda do Ver. Cecchim que bota uns prazos quase iguais, que tem hoje para audiência pública, prevendo os sete dias de publicação dos editais. Então, como é que eu vou dizer, não adianta mais querer botar rótulo em alguma coisa. Isso é mais uma questão administrativa da Câmara de Vereadores, uma questão administrativa de regular as audiências públicas e permitir que esse Plenário vote, porque nós não podemos estar com o projeto priorizado para votar, e aí daqui a pouco entra um pedido de audiência pública e atrasa todo o projeto, volta... Para a senhora e o senhor que estão nos escutando em casa, 95% dos projetos que aqui votam, são acordados em reunião de líderes. Aí se o projeto saiu da pauta, tem que voltar de novo, tem que ir de novo para fila, não existe a possibilidade de ele voltar sendo o primeiro. Só acontece isso quando nós entramos já no período de votação, que nem esse projeto, está em encaminhamento, então ele pode ser adiado, agora, quando entrar em votação, ele é o primeiro na próxima sessão, que vai acontecer, só se o autor retirar o projeto de tramitação. Então, não é voto em ninguém, não é tirar o direito da participação do povo, é colocar uma regra, e, principalmente, que não possa ter audiência pública quando o projeto já estiver em votação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 005/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 17 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 01 ao PLCE nº 005/21.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede a chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 20 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/21.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 005/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLCE nº 005/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0685/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 282/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre a Ricardo Ferreira Breier. **(SEI 037.00218/2021-71)**

Parecer conjunto:

- da **CCJ** e **CECE**. Relator-Geral Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 04-08-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 282/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Passo a presidência dos trabalhos para o Ver. Idenir Cecchim, tendo em vista eu ser o autor do projeto.

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Estamos votando o projeto que concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao presidente da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul. Em votação nominal o PLL nº 282/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Declaro aprovado o PLL nº 282/21.

Registro a presença do Ver. Igor Rosa Tambara, de Jaguari.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 057/21 e do PLL nº 052/21, por duas sessões.

(Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0556/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/21, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 a 2025. **(SEI 118.00163/2021-07)**

Parecer:

- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 02, 04, 05, 11, 12, 13, 16 e sua Subemenda nº 01, 17 e sua Subemenda nº 01, 24, 25 e sua Subemenda nº 01, 26, 30, 31 e sua Subemenda nº 01, 33 e sua Subemenda nº 01, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 43, 44, 47, 51, 53, 55, 56, 58, 63, 67, 70, 71, 74, 80, 84, 85, 88, 90, 91, 94, 95, 101, 104, 106 e 108, e das Subemendas de Relator nº 2 às Emendas nºs 16 e 25 e nº 1 à Emenda 30; e pela rejeição das Emendas nºs 01, 06, 07, 09, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 32 e sua Subemenda nº 01, 38, 39, 42, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 86, 87, 89, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 107, 109 e 110.

Observações:

- com Emendas nºs 01, 02, 04 a 07, 09, 11 a 14, 16 a 110 e Subemendas nº 01 às Emendas nºs 16, 17, 25, 30, 31, 32 e 33 e Subemendas nº 02 às Emendas nºs 16 e 25;
- retiradas as Emendas nºs 03, 08, 10 e 15;
- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, “*caput*”, c/c art. 82, “*caput*”, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas Emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 04-08-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLE nº 009/21. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Nós fizemos o relatório e tivemos 110 emendas propostas no processo todo. Com a nossa participação e a participação dos colegas vereadores e vereadoras da CEFOR, além dos nossos assessores – eu quero agradecer publicamente o trabalho que fizeram –, nós propusemos a aceitação de diversas emendas no sentido de viabilizar e até valorizar os vereadores que se propuseram a dar uma estudada mais aprofundada no PPA e apresentaram as suas emendas – nós estamos propondo a aprovação de 34 emendas. Eu quero registrar as dificuldades que tivemos em razão desse trabalho remoto. Em anos anteriores, em que eu fui relator, toda vez que se tinha alguma ideia de subemenda, eu sempre procurei o autor para que ele escrevesse a subemenda, como não foi possível, escrevi a subemenda de relator, algumas delas, e eu acredito que com isso nós temos uma participação de todos, repito, que apresentaram emendas.

Também confesso que o secretário de planejamento do governo disse que falaria comigo se tivesse alguma inconsistência, mas como não falou acredito que não temos inconsistências, até porque, e como sempre, quando se apresentam emendas aos orçamentos, alocamos recursos numa rubrica e necessariamente temos que tirar de outras. Como aconteceu e se repetiu agora, o conjunto de emendas apresentadas teve mais recursos retirados de algumas rubricas do que o valor da própria rubrica original. Então, se retirou praticamente sempre da reserva de contingência e se retirou também das propostas de publicidade, por isso nós tivemos que fazer um cálculo para que não se excedesse um valor razoável para permanecer nessas rubricas: contingência e publicidade.

Portanto, eu acredito que nós discutimos, na medida do possível, bastante bem, eu vejo como possível nós aprovarmos o projeto com as emendas aceitas pela relatoria, repetindo, com isso, nós aceitamos emendas propostas por todos os vereadores que apresentaram tais emendas e claro que não deu para fazer uma conversa muito mais

aprofundada com cada autor das emendas, mas foi o possível de se fazer, trabalhamos no recesso. Então, estou pedindo uma votação favorável ao projeto e às emendas que foram aceitas no nosso relatório. Obrigado, um abraço e valeu pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver. Airto Ferronato. A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLE nº 009/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Vereadores e vereadoras que nos acompanham aqui no plenário, queria cumprimentar as pessoas que nos acompanham pela TVCâmara; quero fazer uma saudação especial ao Ver. Airto Ferronato, que relatou o PPA – o Plano Plurianual –, que nós vamos, acredito eu, aprovar a sua relatoria aqui hoje em plenário. Foi um trabalho árduo, construído de forma muito coletiva, fazendo relação da atuação do Legislativo com o Poder Executivo. Eu queria fazer uma saudação, Ver. Airto Ferronato, pela tua generosidade e pela tua paciência. Hoje eu presido a CEFOR, a primeira mulher negra presidindo essa Comissão, algo que, para nós, é muito importante, porque fala não só da representatividade, mas das mulheres que já gestam o orçamento nas suas famílias, nas suas casas e hoje, a partir do Legislativo em Porto Alegre, também deixam sua marca no orçamento. Então, queria fazer essa referência ao vereador.

Queria também fazer um apelo aos colegas vereadores que aprovem o relatório do Ver. Airto Ferronato, um relatório que buscou dialogar e representar o conjunto de vereadores e vereadoras desta Casa. Temos emendas importantes que falam de temas fundamentais, por exemplo: nós temos uma emenda, para a qual solicitamos votação em destaque, que fala da necessidade das mulheres em situação de acolhimento de levar, Ver. Pedro Ruas, os seus filhos. Eu acompanhei, a partir da Comissão de Habitação da Assembleia – inclusive V. Exa. fazia parte –, e vivenciamos o dia a dia de mulheres reintegradas das suas casas e que não podem levar para os abrigos os seus filhos. Eu sou mãe, e sempre falo que não tem tristeza maior para uma mãe do que deixar os seus filhos pelo caminho. Ver.^a Comandante Nádia, tu foste uma mulher que dirigiu a Patrulha Maria da Penha e sabe que a violência, que aumentou consideravelmente nesses dias atuais, faz com que as mulheres sejam as mais penalizadas não só porque são violentadas, brutalmente violentadas, mas porque também são penalizadas, porque precisam deixar os seus filhos. Então, o PPA, com as emendas e o relatório, vai fazer com que a cidade seja mais generosa, mais acolhedora. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 009/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta Ver.^a Nádia, colegas vereadores e vereadoras, cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa sessão nesta tarde. Nós estamos agora entrando na votação do Plano Plurianual e, no Plano Plurianual, nós apresentamos, como todos os vereadores fizeram, inúmeras emendas que passam a ser, eu diria, uma certa intenção do vereador propondo ao governo, ou do governo, no plano geral, no projeto de lei, das possíveis obras que poderão ser implementadas no seu governo. Nesse sentido, algumas emendas que foram apresentadas foram rejeitadas pelo relator, o nosso colega Ver. Airto Ferronato, porque muitas, no entender dele e do governo, não atendiam as prerrogativas, as quais ficaram muito difíceis de serem entendidas ou até mesmo com valores majorados. Como foram rejeitadas pelo relator, estamos solicitando que sejam votadas em destaque para poder encaminhar uma de cada vez.

Nesta tarde, então, estamos conversando com o líder da articulação política do governo, nobre secretário, ex-vereador Cassio Trogildo, e com a liderança do governo, para que votemos em bloco todas as emendas que tenham acordo, sejam as aceitas pelo relator como as não aceitas pelo relator, até porque muitas das emendas são apenas uma intenção, como falei, e não há óbice, querer impedir a tramitação ou execução dessa possível intenção que nós colocamos. Muitas delas podem até ter um valor exagerado no entender do governo, mas, obviamente, depois, se executado aquele programa, ele pode ser revisto. Algumas que podem ser emendas retiradas, também pode ser reapresentada a sua intenção, logo em seguida, quando vier a LDO. Nesse sentido, nós estamos discutindo nesta tarde a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu quero dizer que, para muitos governos, ela foi uma peça de ficção, porque o governo mandava uma intenção e nunca se realizava. Esperamos que, nessa relação de compromisso que o governo faz com a Câmara, se execute essa questão muito pontual. Por exemplo, vou dizer aqui uma das inúmeras emendas que apresentei, uma delas inclusive rejeitada pelo relator, que me causou estranheza: a emenda sobre um estudo de viabilidade para duplicar, por exemplo, a Av. Bento Gonçalves, próximo à Av. Antônio de Carvalho. Quem não assiste televisão, quem não passa por lá, quem não sabe que, ao chegar em Porto Alegre, todo dia, pela manhã, ou sair de Porto Alegre, há um engarrafamento que vai até Viamão? Ora, se os governos não se preocupam em criar uma alça de acesso de quem vem da Lomba do Pinheiro para entrar na Av. Bento Gonçalves, ou moradores de Viamão ou das proximidades de Viamão que vêm a Porto Alegre... Porque vocês sabem, queiram ou não, Viamão é mais como uma cidade-dormitório, porque mais de 30, 40 mil pessoas vêm todos os dias para Porto Alegre, e há um engarrafamento danado, danoso – as pessoas têm que sair às 6h da manhã para chegar às 8h em Porto Alegre. Isso é realidade! Por que não ter um estudo de viabilidade, de uma possibilidade real, concreta? É uma intenção no PPA de que esse ou futuro governo possa fazer um estudo de viabilidade.

Nesse sentido, nós estamos aqui discutindo o PPA, importante peça para a cidade de Porto Alegre, que vai dar o indicativo do que este governo pode fazer ou deveria fazer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLE nº 009/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver.^a Nádia, presidente em exercício. Neste momento estou fora da Câmara, mas acompanho a sessão de votação, *on-line*. Sei da importância do PPA para a cidade de Porto Alegre, logo estarei de volta de forma presencial, mas queria chamar a atenção dos meus colegas vereadores e vereadoras que existe uma emenda que fala da necessidade do acolhimento das mulheres num dos abrigos com seus filhos. Todas nós somos mães – que eu saiba a grande maioria é –, e temos que nos colocar no lugar dessas mulheres que precisam, sim, ter seus filhos perto, para se sentirem seguras e tranquilas.

Então, eu faço um apelo aqui, em nome da base do governo, que, neste momento, sobreponham-se às siglas partidárias, ideologias políticas, e que aprovemos essa emenda com objetivo de atender ao anseio das mulheres que precisam ter seus filhos, pessoas que não têm casa, estando em uma situação difícil, que elas possam levar suas crianças, seus filhos, para um dos abrigos com todo atendimento do governo, do poder público. Aprovemos essa emenda com forma de mostrar que o governo Melo está preocupado, sim, com as futuras gerações e com essas mulheres. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLE nº 009/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, colegas, queria primeiramente fazer um registro: a nossa presidente da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, Ver.^a Bruna Rodrigues, que também conduziu esse trabalho, é a primeira mulher negra a presidir a comissão, algo que nos orgulha e representa.

O debate do PPA é parte do debate do orçamento da cidade, e ele indica quais são as linhas de ações propostas pelo governo, estabelecendo as prioridades e compromissos; por isso, merece toda nossa atenção, nosso cuidado, prioridade, zelo, o nosso debate. O Plano, quando descreve a situação fiscal e do serviço público, evidencia algumas coisas que eu gostaria de destacar aqui para vocês: em primeiro lugar, demonstra o custo da cidade de gestões passadas, que não valorizaram o serviço público; em segundo lugar, desmonta muitos dos argumentos de defesa de políticas de austeridade sobre o povo trabalhador – muitos deles são reproduzidos pela Prefeitura de

Porto Alegre; em terceiro lugar, prova que a gestão pública é feita de escolhas – por isso aqui o nosso debate, nesta tarde e nestes dias que passaram, de trabalho tão aquecido – e que as decisões políticas têm lado, elas evidenciam uma visão de cidade em desenvolvimento e que, muitas vezes, evidenciam que o governo está do lado daqueles que mais têm e não do lado dos que mais precisam do poder público na cidade. Portanto, eu identifiquei as principais lacunas nas áreas de assistência social, do combate à fome, da cultura, dos direitos humanos, e principalmente nos temas de interesse do povo negro, das mulheres, da juventude e da população LGBT. Por isso, apresentei algumas emendas aqui que vão ser debatidas nesta tarde. A primeira trata de um centro de acolhimento LGBTI, o que é fundamental para a população LGBT, que não está segura sequer dentro da sua própria casa, no seu próprio seio familiar, sofrendo também, em vários ambientes, discriminações, agressões físicas ou psicológicas – inclusive nós somos o País que tem o maior número de mortes da população LGBT do mundo. Portanto, a nossa proposta do centro possibilita que as pessoas possam viver em condições de estarem acomodadas, protegidas, garantindo a vida, a dignidade desses cidadãos e cidadãs de Porto Alegre. Também visando a proteger os direitos humanos e garantir o direito à educação dos sujeitos-alvo da educação especial, propusemos uma ampliação da oferta de atendimento educacional especializado nas escolas regules do Município de Porto Alegre, tendo como referência as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva.

Também uma outra emenda muito importante que fizemos fala sobre a banda larga levada para as periferias, democratizando seu acesso: a própria Procepa pode viabilizar a infraestrutura, para que os bairros, as pessoas possam ter condições de acessar o serviço digital. Isso significa beneficiar escolas, postos de saúde, incluir digitalmente e também qualificar o serviço público disposto.

Outra emenda que fizemos fala sobre a cultura popular em Porto Alegre, com o museu do carnaval; em defesa da cultura, nós propusemos para Porto Alegre que supere o abandono do carnaval que tanto já orgulhou nossa cidade, mas que passou, no último período, por uma intensa precarização, desvalorização – compreendemos que isso seria muito importante.

Por fim, para o desenvolvimento da cidade, nós orientamos, a partir da periferia, para superar a profunda crise econômica e social que vivemos, com desemprego, fome, debatemos nesta semana, inclusive, a fila do osso aqui na Casa, nós propusemos um programa de renda básica municipal, uma emenda que tem o potencial de chegar em famílias extremamente pobres da nossa cidade, que pode representar um grande avanço de uma política permanente de renda básica. Também temos um projeto tramitando na Casa, com este teor, é uma medida urgente, tendo em vista a profunda crise econômica em que nós viemos no País.

Então, tendo em vista a importância desse debate, esse é um conjunto de emendas que nós apresentamos no PPA, para que possamos avançar numa perspectiva democrática, inclusiva, do desenvolvimento de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 009/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridos colegas que nos assistem, também os que acompanham este debate pelas redes, tem muita preocupação do que será de Porto Alegre. O compromisso com Porto Alegre é um compromisso de todas e todos. O nosso mandato vem aqui debater as intenções desse Plano Plurianual. Para nós, é fundamental que a cultura seja novamente valorizada, como foi outrora neste Município. Nós precisamos de um Funproart que possa, de fato, construir políticas de cultura, com isonomia, com participação popular.

Nós também entendemos que a política dos direitos dos animais precisa existir com maior robustez. Nós temos um déficit enorme de castrações em Porto Alegre, por isso que é fundamental que isso possa ser construído de uma forma coletiva. Nós temos o Hospital Vitória que atua para os nossos companheiros e companheiras animais, mas podemos e precisamos ampliar esse trabalho. Seria fundamental ver esse hospital 24 horas aberto, para isso não precisa muito recurso, não precisa, o recurso é pouco, a estrutura está lá colocada.

Outra questão que é crucial para nós, que temos visto muito, há uma procura – porque a sociedade muda – no SUS por atendimento em saúde mental. Nós precisamos que isso seja olhado com acuidade pelo prefeito municipal, e assim entendemos que será.

Outro fator importante de debate para a cidade, e que é um esforço coletivo há muito tempo, é que se possa garantir a implementação real da Emenda nº 59 de 2009, que é a emenda que torna obrigatória a educação de 4 a 17 anos. Nós temos hoje, somente em Porto Alegre, mais de 5 mil crianças fora da escola, faltam vagas. Agora, a educação é um direito subjetivo, dever do Estado. Então, se essas famílias entram na justiça, ganham as vagas. Por isso é preciso construir no planejamento para que as pessoas não precisem ingressar na justiça, que o Estado abarque o direito à educação de fato como uma conquista e garanta mais educação infantil de 4 e 5 anos – há 5 mil crianças fora. Eu quero ver, nesses quatro anos de Plano Plurianual, esse déficit começando a reduzir, para isso, precisamos de mais escolas, mais vagas e, com certeza, mais conveniamentos, como temos desejado que aconteça, porque as pessoas precisam. O direito à educação é sagrado.

Outro fator importante para nós são as estruturas da Prefeitura que precisam de reformas. Quero destacar aqui um espaço: Unidade de Saúde de Belém Novo, lá precisa simplesmente fazer a mudança para uma sala das duas cadeiras de dentista que estão lá dentro da caixa, já foram recebidas por emenda parlamentar de deputado, só falta o Município organizar a área, o espaço físico, é pouco dinheiro, nós estamos falando menos de R\$ 10 mil para que tenham dentistas no Extremo-Sul, é fundamental isso – essa é nossa luta.

Por isso esse Plano Plurianual, pensado a muitas vozes, a muitas ideias, vai constituindo o direito à cidade, e ele é um planejamento de quatro anos. Então, não há o desespero, não há o debate ideológico, há simplesmente e somente o desejo de que o

povo possa ter mais saúde, mais educação, mais segurança, mais saneamento, mais habitação e assistência social, que são fundamentais. A construção do direito à cidade se dá a curto, a médio e a longo prazo, que é o caso do Plano Plurianual. Por isso, nós temos debatido nesta Casa, temos dialogado com autores sociais e com o Executivo para que, de fato, tenhamos a implementação do Plano Plurianual, porque muitos planos foram feitos e não foram implementados. Então, temos que ser realistas com isso. Por isso, encerro a minha fala dizendo que precisamos garantir orçamento para os direitos dos animais, para educação, para saúde e para a cultura. Essa é a nossa luta, o empenho do mandato Jonas Reis, e aqui no debate do Plano Plurianual estamos mergulhados de cabeça para que avancemos mais no direito da cidadania. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 009/21.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde Presidente Comandante Nádia, vereadores e vereadoras; nessa discussão queremos registrar que já está de acordo com a proposta de governo 80 mil esterilizações descentralizadas, independentemente do Hospital Veterinário Vitória. Lá nós temos já um percentual contratualizado de quase 10 mil esterilizações, atendimentos de consultas, atendimentos de exames, atendimentos emergenciais. Para nós atingirmos a meta, precisamos de outro programa, que é o Programa de Descentralização, mediante contratação dos demais atendimentos, para que sejam cumpridas 20 mil esterilizações/ano, que é o que já temos projetado há bastante tempo. O aumento das esterilizações é uma demanda antiga da causa animal, viemos dessa luta há quase 20 anos. Então nos sentimos muito satisfeitos que o governo deu *o.k.* para seguir adiante com a Emenda nº 26 referente a meta 90.

Também temos um destaque, que é a Emenda nº 27, referente aos atendimentos de denúncias, os emergenciais, aqueles que ninguém atendeu, que o animal está ali, que é uma questão de não omissão atender, sobram esses atendimentos, porque muitas vezes não apareceu um apoiador, um protetor ou protetora para resgatar. Então, levando na unidade de saúde médica, lá na Lomba do Pinheiro, e registrando também no 156, porque como é terceirizado nós temos que ter um protocolo, lá são atendidos os casos emergenciais. Então, nós estamos registrando essa importância do atendimento das denúncias durante os quatro anos, mas já temos recursos também, porque nós temos emendas impositivas para amparar futuramente, nos próximos exercícios, esse tipo de atendimento. Também para as 20 mil castrações/ano, já temos recursos sim, recursos vindos de outras fontes, recursos do próprio orçamento da Prefeitura e das emendas impositivas. Então, deixo o destaque, para que não haja conflito com outras emendas, eu faço esse registro e me sinto muito gratificada por ter esse apoio da equipe do governo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Solicito que os vereadores peçam às suas assessorias para conferir a assinatura nos destaques.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h35min.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM) – às 17h22min: Estão reabertos os trabalhos.

Registro a presença do vereador David Almansa, do município de Cachoeirinha; e de Catarina Paladini, Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do RS.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente em exercício, Ver.^a Comandante Nádia; eu, na condição de líder da oposição, e o Ver. Idenir Cecchim, na condição de líder de governo, encaminhamos à presidência dos trabalhos um acordo sobre o formato da votação.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Entregaremos esse requerimento a V. Exa. para proceder à votação.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Solicito ao diretor legislativo que apregoe os requerimentos de votação em destaque.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas n^{os} 07, 09, 20 ao PLE n^o 009/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Alvoní Medina, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas n^{os} 87 e 89 ao PLE n^o 009/21.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas n^{os} 68 e 69 ao PLE n^o 009/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda n^o 01 à Emenda n^o 25 ao PLE n^o 009/21.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Daiana Santos, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas n^{os} 57, 59 e 65 ao PLE n^o 009/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas n^{os} 102, 103 e 107 ao PLE n^o 009/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda n^o 78 ao PLE n^o 009/21.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Laura Sito, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas n^{os} 93 e 97 ao PLE n^o 009/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas n^{os} 48, 49 e 50 ao PLE n^o 009/21.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda n^o 27 ao PLE n^o 009/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Matheus Gomes, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda n^o 39 ao PLE n^o 009/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda n^o 01 à Emenda n^o 16 ao PLE n^o 009/21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Conforme acordo de líderes, em votação requerimento para formação do Bloco n^o 01, composto pela Subemenda n^o 01 à Emenda n^o 16 e pela Subemenda n^o 01 à Emenda n^o 25, destacadas, PLE n^o 009/21; e do Bloco n^o 02, formado pelas Emendas n^{os} 07, 09, 20, 27, 39, 48, 49, 50, 57, 59, 65, 68, 69, 78, 87, 89, 93, 97, 102, 103 e 107, destacadas, ao PLE n^o 009/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Bloco n^o 01 ao PLE n^o 009/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADO.**

Em votação o Bloco n^o 02 ao PLE n^o 009/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Não vou encaminhar, mas vou falar um minuto; quero cumprimentar pelo acordo, acho que foi muito positivo e também registrar que recebi mensagens para assinatura de diversas emendas, diversos destaques. Quando estava me preparando para assinar, conversei com um pessoal que me informou que já tinha assinaturas suficientes para tramitação de todas essas emendas. Quero registrar que foi um belo acordo, foi positivo, nós temos aí uma grande quantidade de propostas aprovadas, isso é muito bom também para o Executivo e principalmente para a Câmara de Vereadores que não se omitiu e que discutiu com bastante profundidade o projeto que chegou na Câmara. Quero dizer que não assinei, pois fui orientado de que não precisaria assinar, porque tinham já as assinaturas suficientes; cumprimentar todos e agradecer pela forma como a CEFOR e seus assessores nos ajudaram na condução do nosso relatório. O nosso relatório levou em conta a proposição de um para cada vereador, no mínimo, e agora com essas emendas aprovadas, nós vamos aceitar, praticamente, quase que mais de 70% das propostas aprovadas, isso é positivo. Vamos votar favorável e obrigado pela atenção.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, o PLE nº 009/21 e Emendas com parecer da CEFOR pela aprovação e não destacadas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 04 **ABSTENÇÕES**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Declaro aprovados o PLE nº 009/21 e as Emendas com parecer da CEFOR pela aprovação e não destacadas.

Quero registrar que as emendas a seguir estão rejeitadas, pois tiveram parecer contrário da CEFOR e não foram destacadas: Emendas nºs 06, 14, 21, 22, 23, 28, 29, 32, Subemenda nº 01 à Emenda nº 32; Emendas nºs 38, 45, 46, 52, 54, 60, 61, 62, 64, 66, 68, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 86, 92 e 96. Ainda as Emendas nºs 03, 08, 10 e 15 foram retiradas de tramitação.

Apregoo processo SEI nº 017.00122/2021-22, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que solicita representar esta Casa na audiência com o Sr. Onyx Lorenzoni, Ministro do Trabalho e Previdência, relativa ao PL que atualiza a Lei nº 6.530/78, que regulamenta a profissão de Corretor de Imóveis, na cidade de Brasília - DF, no período de 09 a 10.

Informo que, na próxima segunda-feira, de acordo com a oposição e com o governo, foi acordado que será realizada reunião conjunta das comissões para apreciar projeto de lei que estabelece o bônus-moradia no Município de Porto Alegre.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu apenas não entendi e peço que V. Exa. repita, até porque temos interesse nessa reunião conjunta, e também somos a favor que aconteça essa reunião conjunta em relação ao bônus-moradia. Quando será?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Segunda-feira faremos a reunião conjunta das comissões.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h41min.)

* * * * *